

ATAS

ACTA NÚMERO 140

Aos vinte e um dias de Dezembro de 2022, pelas 18h30, através da plataforma Zoom, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Rugby, regularmente convocada para o efeito, nos termos do disposto do n.º.1, do artigo 20º, dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto 1. Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2023.
- Ponto 2. Ratificação de admissão de novos sócios, Leixões Sport Club.
- Ponto 3. Diversos

A Mesa da Assembleia Geral (MAG) foi constituída pelo respetivo Presidente, Tito Arantes Fontes e pelo Secretário, Miguel Rodrigues.

À hora marcada para a primeira convocatória, o Presidente da Assembleia (PMAG) constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, nos termos do n.º. 4 do artigo 20º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória. Às 19 horas o Presidente da Mesa da Assembleia Geral iniciou os trabalhos da assembleia, em segunda convocatória.

Nesse momento encontravam-se presentes os seguintes delegados, conforme lista de presenças: Tito Arantes Fontes (Sporting), Miguel Rodrigues (CDUL), Pedro Lucas, Jorge Rosa, Carlos Ferreira, João Magalhães e António Marques (Técnico), Rodrigo Alves e António Simões dos Santos (Benfica), Miguel Teixeira, Rui Rego e Paulo Vicente (São Miguel), Pedro Aguilar (Braga Rugby), Armando Raimundo (Évora), Luis Batista, Ricardo Gordo e Pedro Tomás (Belas), Pedro Frago Mendes (Direito), José Maria Sampaio (Cascais), Leonardo Falcão Trigo (Agronomia), Bernardo Marques (CDUP), André Cunha (Belenenses) e Rui Loureiro (Académica).

Encontravam-se ainda presentes o Presidente da FPR, Carlos Amado da Silva, e os vice-Presidentes da Direção, Luis Sarmento, Ricardo Nunes, Francisco Martins e Francisco Goes. Encontravam-se também presentes Nuno Salvador, Diretor de Competições e o Secretário-Geral da FPR, Mário Costa.

O Presidente da Mesa pôs à consideração da Assembleia a participação na mesma sem direito a voto de José Teixeira, representante do Leixões Sport Club, e de Jorge Santos, representante da Escola de Rugby do Porto, nos termos do artigo 20º, n.º 10, dos Estatutos, tendo as respetivas participações tido a aprovação por unanimidade dos delegados presentes.

ATAS

Verificada a presença dos referidos delegados e a suficiência dos mesmos para abrir os trabalhos nos termos estatutários, o Presidente deu início à discussão da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral, passando a palavra ao Presidente da FPR para intervir na Assembleia sobre o seu Ponto 1.

Carlos Amado da Silva, Presidente da FPR, cumprimentou a Mesa e os delegados presentes e lamentou o atraso na entrega do Orçamento e Plano de Atividades porque o mesmo estava dependente da presença ou não da Seleção Nacional no Mundial de 2023, o que só se veio a decidir no dia 20 de Novembro.

Salientou a importância de ter diminuído substancialmente a dependência dos apoios do Estado, pois anteriormente o orçamento dependia 80% do apoio do IPDJ e atualmente essa dependência não passa dos 40%.

E aditou que, finalmente, ao fim de 4 anos, estão reunidas as condições para consolidar uma série de iniciativas previstas no programa eleitoral, apesar das atuais grandes dificuldades económicas devidas a situações imprevisíveis conhecidas que a todos muito penalizam.

O reforço sensível das verbas a disponibilizar no desenvolvimento, a par de uma preparação adequada das Seleções Nacionais, nomeadamente da de XV que irá estar presente no Campeonato do Mundo, em Setembro próximo, e da de VIIs que em Julho disputará o Torneio de Apuramento para os Jogos Olímpicos, que irá ter lugar na Polónia, serão naturalmente as opções primeiras, a ter em conta, sem descurar, obviamente, o rugby feminino que deverá continuar na senda dos progressos notáveis que tem conseguido, quer no XV, quer nos VIIs. Os Lusitanos manterão o seu caminho com a participação na Super Cup Europeia, tal como os Sub 20 e Sub 18 terão o apoio que se pensa suficiente para a manutenção, no mínimo, do trajeto de progresso que vêm registando.

As competições domésticas, que são afinal o barómetro da atividade quotidianamente desenvolvida, merecerão uma ainda maior atenção, procurando-se uma articulação e um estatuto de compromisso com os clubes que permitam a melhoria da qualidade competitiva e o alargamento do jogo a mais clubes e, conseqüentemente, a mais jogadores numa maior área territorial. Vai ter de haver uma articulação muito grande entre os clubes e os trabalhos das várias seleções, principalmente a de XV, que antes do Mundial vão trabalhar intensivamente durante 3 meses. É absolutamente indispensável o envolvimento de todos se quisermos aproveitar os benefícios previsíveis da nossa presença no Campeonato do Mundo que não pode ser apenas um

ATAS

objetivo, mas também um meio para nos desenvolvermos garantindo a sustentabilidade qualitativa e quantitativa que se exige.

Relativamente ao orçamento, Carlos Amado da Silva lembrou que quando esta Direção tomou posse a dívida ascendia a mais de 500 mil euros e que toda a sua atividade foi limitada pela pandemia, mas que mesmo assim deu-se uma resposta forte, investindo-se na Rugby Tv que permitiu aos adeptos acompanharem o Campeonato Nacional Divisão de Honra e foi prestada uma forte ajuda aos clubes para conseguirem competir apesar de todas as exigências sanitárias. Os custos de deslocação das seleções, quer nas viagens, quer nas estadias, dispararam e ainda hoje se está a recuperar desses custos acrescidos.

Atualmente graças aos novos patrocínios e ao apoio do Governo a situação está praticamente normalizada. Um projeto antigo desta Direção, a cobertura da bancada do CAR, está para breve, o que irá dar outras condições aos espectadores e preservar as obras que foram feitas sobre as bancadas, possibilitando assim que grandes jogos, como tivemos recentemente com o Japão, a Argentina e a Itália, não tenham de se realizar fora do Estádio Nacional, o que acarreta sempre grandes custos para a Federação. Tal só vai ser possível com o apoio do Governo e da World Rugby e pelo reconhecimento do grande trabalho desenvolvido pela FPR, com o apoio muito importante dos clubes, que tem possibilitado o êxito desportivo das seleções.

O orçamento da FPR passou num curto espaço de tempo de 2 milhões de euros para cerca de 3,5 milhões, pois os custos com a preparação das seleções de XV e de VIIs são muito elevados, nomeadamente a de XV que vai estar 3 meses em estagio devendo a Federação suportar os custos salariais dos jogadores profissionais.

De seguida o Presidente da FPR pediu ao vice-Presidente Luis Sarmiento para intervir nas questões orçamentais.

Luis Sarmiento reforçou a afirmação do Presidente da FPR de que o orçamento teve de esperar pelo resultado do apuramento da seleção para o Mundial, pois seria completamente diferente caso não tivéssemos sido apurados.

Uma dificuldade grande para a elaboração do orçamento foi a inflação que aumentou muitos custos, conforme já foi referido. Muito importante é a redução significativa do peso dos apoios do IPDJ de 85% para cerca de 40%, sendo de realçar também a redução significativa dos custos com o pessoal e de gestão da Federação que atualmente não representam mais de 10% do orçamento e o aumento para quase 70% dos custos com as seleções. Não tendo nada mais a destacar colocou-se à disposição dos delegados para esclarecer qualquer dúvida.

Pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública desportiva, NIF 501617523

Rua Julieta Ferrão, nº12, 3º piso, 1600-131 Lisboa

ATAS

O Presidente da Mesa pediu aos delegados que desejassem intervir que se inscrevessem registando o pedido de Miguel Teixeira, do São Miguel, a quem passou a palavra.

Miguel Teixeira sugeriu que o valor de 124 mil euros atribuído à arbitragem fosse reforçado, dada atual carência de árbitros, que é um sector fundamental da modalidade, a necessidade de captar mais árbitros e a formação dos mesmos, tema que tem sido repetidamente salientado nas assembleias gerais. Dirigindo-se ao Presidente da Mesa sugeriu que, dado já não haver constrangimentos para efetuar reuniões, as assembleias gerais se voltassem a realizar presencialmente e por zoom para quem seja de fora de Lisboa e não possa deslocar-se.

O Presidente da Mesa agradeceu a sugestão, com a qual concorda em absoluto e esclareceu que também tinha em mente realizar a próxima assembleia no sistema misto, presencial e por zoom.

O Presidente da Mesa passou de seguida a palavra a Pedro Aguilar, do Braga, que pediu esclarecimentos sobre três situações, a primeira quanto à formação que teve um incremento de três vezes mais relativamente ao ano passado, a segunda quanto à atividade desportiva, visto que a mesma teve um decréscimo de cerca de 100 mil euros, um valor considerável, questionando quais vão ser os recursos humanos que vão ser afetados e, por último, achou manifestamente reduzida a verba, cerca de 3% do orçamento, para o desenvolvimento. Por fim apelou a que a participação nas assembleias se possa fazer via zoom para que os delegados fora de Lisboa possam participar nas mesmas.

De seguida o Presidente da Mesa passou a palavra a Pedro Lucas, do Técnico, que afirmou que este é um orçamento feito à pressa, não tem compromissos quantificados e não refere nada relativamente às dívidas, qual o montante, se vão aumentar ou diminuir e quais são os limites que os clubes autorizam a Direção a contrair. Referiu ainda que vão gastar-se 2 milhões de euros sem se definirem objetivos, 66% do orçamento vai para o Alto Rendimento em detrimento da atividade desportiva (16%) e da gestão da Federação (11%), o que no seu entender é uma completa inversão das prioridades, que só é possível porque neste momento existe uma base de recrutamento de jogadores que a Federação não tem de formar, salientando que daqui a uns anos, se essa base de recrutamento acabar, estaremos num zero absoluto. Quanto à arbitragem, de que andamos a falar há muitos anos, não se vê investimento para a sua formação, neste caso não dá para importar noutro lado, não se forma, não se importa, portanto nada de novo.

ATAS

Tito Arantes Fontes, Presidente da Mesa, passou a palavra à Direção da FPR para responder às questões postas pelos delegados.

O Presidente da Federação tomou a palavra para frisar que ouviu com atenção todas as questões, referindo que os documento não podem expressar todas as situações mencionadas e que se tomássemos em boa conta aquilo que foi dito agora parece que a Federação está pior do que no passado, com a seleção na terceira divisão e com enormes dívidas, mas que quem está por dentro sabe bem o que se faz na Federação no dia a dia, sabe que há muito trabalho de qualidade feito nos últimos anos e que houve uma evolução muito positiva na recuperação das dívidas e no plano desportivo. Uma seleção que há 3 anos estava na 3ª divisão e agora é apurada para o Mundial é um feito reconhecido internacionalmente, mas que muitos em Portugal têm dificuldade em reconhecer. Carlos Amado da Silva aconselha a leitura do programa eleitoral e irão verificar que a maioria do que foi proposto já está cumprido.

Quanto à arbitragem disse que foi nomeado recentemente um Diretor Técnico da Arbitragem, que elaborou um orçamento ouvindo os seus parceiros, nomeadamente a ANAR, tendo agora condições para se preparar um quadro de arbitragem muito diferente do que existe atualmente; mais disse que se vai investir muito na arbitragem e referiu que os custos atribuídos à arbitragem no orçamento são parciais, porque existem outros diluídos noutras rubricas nomeadamente nas competições e referiu que a formação na arbitragem vai ser levada muito a sério; concluiu salientando que vai ser feito um investimento forte de acordo com o plano apresentado pelo Diretor Técnico da Arbitragem e pela sua equipe e que contam com a colaboração do Conselho de Arbitragem da Rugby Europe e a colaboração da World Rugby. Se for necessário recorre-se a árbitros estrangeiros. A verba atribuída à arbitragem é praticamente o dobro do que foi mencionado.

Relativamente ao Desenvolvimento esclareceu que a ausência de atividade durante 2 anos prejudicou o crescimento de atletas federados, sendo que se tem de voltar a trabalhar o rugby escolar, sem excluir outras “variantes complementares“ do rugby. Tem havido forte colaboração com as Associações Regionais do Norte e do Centro, estando em vias de se reativar a Associação do Sul, subsidiando e pagando a treinadores e dinamizadores do rugby nas associações que irão ajudar na divulgação e desenvolvimento da modalidade. Tal como na arbitragem, o investimento vai ser o dobro do que foi mencionado.

Quanto aos Recursos Humanos é um facto que o número de funcionários da Federação diminuiu, mas tal não quer dizer que o trabalho não é feito, há é uma melhor gestão dos recursos, que têm cumprido os objetivos. Por vezes tendo muito faz-se pouco e

Pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública desportiva, NIF 501617523

Rua Julieta Ferrão, nº12, 3º piso, 1600-131 Lisboa

ATAS

tendo pouco faz-se muito, depende muito da qualidade de quem faz. A Direção e o staff administrativo é constituído por pessoas de grande qualidade. Quem tiver dúvidas pode consultar os serviços da federação a nível nacional ou regional e será devidamente esclarecido. Atualmente com o apuramento para o Mundial surgem muitas pessoas com propostas para resolver os problemas do rugby, algumas sem qualquernexo, tendo o Presidente lembrado que no seu programa eleitoral não estava o apuramento para o Mundial, mas somente a subida de divisão e a manutenção na mesma; ora, o feito alcançado deve-se ao trabalho da Federação, de uma equipa técnica fantástica, em que muitos não acreditavam, e aos jogadores, tendo lembrado que no apuramento para o Mundial do Japão Portugal foi à Rússia perder por 50 pontos e no ano passado foi à Rússia ganhar por 50 pontos, os jogadores eram praticamente os mesmos, mas algo mudou.

Em resposta ao delegado Pedro Aguilar, o Presidente lembrou que tem apostado na descentralização, tendo feito uma Assembleia Geral na Curia e vários jogos da seleção têm sido fora de Lisboa e que aposta fortemente no desenvolvimento fora de Lisboa para que haja muitos jogadores em todo o país que possam competir de igual para igual com os de Lisboa e espera que esta participação no Mundial abra mais portas a nível regional e atraia mais atletas regionais. Queremos chegar aos 10 mil atletas federados, mais clubes, mais árbitros e vamos consegui-lo

O Presidente da Mesa passou de seguida a palavra ao delegado do Benfica, Rodrigo Alves, que cumprimentou os presentes na Assembleia e salientou dois factos históricos para o rugby português, o primeiro o apuramento da seleção para o Mundial de Sevens e o apuramento da seleção de XV para o Mundial de 2023, factos notáveis do rugby português, de resiliência dos membros da Direção, do staff técnico, dos clubes, e acima de tudo dos jogadores e propôs um voto de louvor a todos, porque entende ser fundamental reconhecer este feito e manifestou a sua dúvida sobre se um delegado que está suspenso pode participar numa Assembleia Geral.

Tito Arantes Fontes referiu que só agora teve conhecimento de que um delegado estava suspenso por uma sanção desportiva, mas que entende que tal não se estende à sua qualidade de delegado, pelo que a sua participação na Assembleia foi admitida. Quanto à proposta de louvor a mesma será tratada mais à frente.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra a Miguel Teixeira, do São Miguel, que relativamente à questão colocado pelo delegado do Benfica quanto à participação do delegado suspenso disse que a decisão tomada é oposta a outra anteriormente tomada pelo Presidente da Mesa ou por um seu antecessor, tendo Tito Arantes Fontes afirmado que não foi com ele, mas que se alguém tiver provas em contrário que lhe envie e dará

Pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública desportiva, NIF 501617523

Rua Julieta Ferrão, nº12, 3º piso, 1600-131 Lisboa

ATAS

a mão à palmatória. Miguel Teixeira referiu ainda que a crítica feita relativamente à arbitragem não invalida o grande trabalho feito pela Direção e associa-se à proposta de louvor apresentada pelo delegado do Benfica.

O Presidente da Mesa agradeceu e passou a palavra ao delegado do Belas, Luís Batista.

O delegado do Belas reforçou o bom trabalho realizado a nível das seleções, realçando também a importância da captação de novos patrocinadores e a redução da dependência do orçamento às verbas cedidas pelo IPDJ, concluindo dizendo que por esses motivos adere também à proposta de louvor.

Carlos Amado da Silva pediu a palavra para agradecer as palavras de apoio.

Não havendo mais quem desejasse usar da palavra o Presidente da Mesa pôs à votação o Ponto 1 da Ordem de Trabalhos que foi aprovada por maioria dos delegados presentes, com abstenção dos delegados do Técnico / AEIS Técnico e do delegado da Académica, por não ter recebido a convocatória para a Assembleia Geral.

Logo depois, o Presidente da Mesa colocou à votação o voto de louvor proposto pelo delegado do Benfica, Rodrigo Alves, subscrito igualmente por Miguel Teixeira, do São Miguel, e Luís Batista, do Belas, e ao qual também se associou o Presidente da Mesa, na sua qualidade de delegado do Sporting, tendo o mesmo sido aprovado por expressiva maioria, apenas com votos contra dos delegados do Técnico / AEIS Técnico.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra a Pedro Lucas, delegado do Técnico, que apresentou declaração de voto relativo ao sentido de voto do Técnico / AEIS Técnico nas 2 votações. Relativamente ao primeiro ponto, disse que os delegados do Técnico / AEIS Técnico se abstiveram pelas razões anteriormente apontadas e porque, como o documento não menciona objetivos a atingir, não foi passível de análise nem de avaliação; quanto ao segundo ponto, disse que os delegados do Técnico / AEIS Técnico votaram contra porque o atual Presidente da Federação tudo tem feito para acabar com o Técnico, um clube com 60 anos de história.

Passando ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Federação que se congratulou com mais um clube, neste caso um clube histórico como é o Leixões, salientando o facto do mesmo ser da região do Porto que nos últimos anos tem aumentado substancialmente o número de atletas, formulando votos de boas vindas e a disponibilidade para ajudar em tudo o que for necessário.

ATAS

Não havendo mais delegados inscritos para usar da palavra o Presidente da Mesa pôs de imediato o Ponto 2 à votação que foi aprovado por unanimidade dos delegados presentes. De imediato, o Presidente da Mesa deu os parabéns a José Teixeira, pela admissão do seu Leixões Sport Club como sócio na Federação Portuguesa de Rugby.

Passando ao Ponto 3 da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa esclareceu a Assembleia que este é um ponto meramente informativo e perguntou à Direção se tem alguma informação a dar. O Presidente da FPR, na sequência de muitos pedidos de bilhetes para o Mundial, informou a Assembleia que a Federação não tem qualquer responsabilidade sobre a venda de bilhetes e informou que em Janeiro serão postos à venda mais bilhetes para o Mundial.

Por sua vez, Tito Arantes Fontes informou que recebeu hoje, por mail, uma solicitação do Técnico para a convocação urgente de uma Assembleia Geral Extraordinária, que passou a ler:

“Exmo Sr.

Presidente da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Rugby

Independentemente da leitura da moção, que solicitamos, vimos desde já solicitar que seja marcada nova Assembleia Geral, para o mais curto prazo de tempo possível, para discussão e deliberação da referida moção, o que, se necessário, deverá ser colocado aos delegados presentes nesta assembleia.

Com os nossos melhores cumprimentos

A Direção

Os delegados do CR Técnico”

Este mail vem na sequência de uma série de mails trocados entre o Técnico e o Presidente da Mesa e que vão ser, por este, todos lidos, de imediato e cronologicamente, nesta Assembleia.

No dia 17 de Dezembro o Técnico solicitou que no Ponto 3 da Ordem de Trabalhos da presente Assembleia fosse incluída uma moção deliberativa que o Presidente da Mesa passou a ler:

“Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Geral da FPR

Vimos por este meio apresentar a seguinte moção, que solicitamos que seja incluída no ponto 3. Diversos, da AG da FPR do próximo dia 21 de Dezembro.

Moção

Considerando que o Clube de Rugby do Técnico foi afastado até ao momento da disputa do Campeonato Nacional da Divisão de Honra de seniores.

Que, entretanto, decorreram as seguintes determinações e os respetivos fundamentos:

1. O Acórdão do TAD, que anulou as duas decisões da Federação Portuguesa de Rugby (da Direção e do Conselho de Disciplina), foi proferido a 18 de Agosto de 2022.

Pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública desportiva, NIF 501617523

Rua Julieta Ferrão, nº12, 3º piso, 1600-131 Lisboa

ATAS

2. Nos termos do artigo 175.º, n.º 1 do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA), “Salvo ocorrência de causa legítima de inexecução, o dever de executar deve ser integralmente cumprido no prazo de três meses.”

3. Por sua vez, o n.º 1 do artigo 176.º do mesmo CPTA dispõe o seguinte: “Quando a Administração não dê execução à sentença de anulação no prazo estabelecido no n.º 1 do artigo anterior, pode o interessado fazer valer o seu direito à execução perante o tribunal que tenha proferido a sentença em primeiro grau de jurisdição.”

4. Passados os três meses da prolação do Acórdão, a Federação Portuguesa de Rugby, sem qualquer causa legítima, não deu execução ao Acórdão. O facto de ter interposto recurso do Acórdão junto do Tribunal Administrativo de Círculo, não afasta o dever de dar execução espontânea ao Acórdão, uma vez que, tal como resulta da lei, e expressamente foi reconhecido por todos os tribunais nos processos em causa, esse recurso não tem efeito suspensivo, tem efeito meramente devolutivo.

5. Foi nesse contexto que no passado dia 2 de Dezembro foi apresentado no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa ‘requerimento de execução de sentença de anulação de ato administrativo’, através do qual se requereu ao Tribunal que ordene à Federação Portuguesa de Rugby que cumpra, de vez, o acórdão. Em concreto, requereu-se ao Tribunal “ordenar a notificação dos membros da Direção e do Conselho Disciplinar da Executada para que estes procedam à imediata execução do Acórdão ora dado à Execução sob expressa cominação de, não o cumprindo, serem estes pessoalmente condenados em sanção pecuniária compulsória de montante diário correspondente a 10% do salário mínimo nacional. Finalmente, caso persista a situação de incumprimento do Acórdão proferido, comunicar-se o incumprimento do mesmo ao Ministério Público (...)”.

PROPOMOS que o Clube de Rugby do Técnico seja de imediato reintegrado na Divisão de Honra, sem exclusão de nenhum clube, prontificando-se o Clube de Rugby do Técnico a executar os jogos que tiver em atraso, sem prejuízo do normal desenrolar da competição, e de acordo com os seus adversários.

Os Delegados do Clube de Rugby do Técnico

Com os nossos melhores cumprimentos

A Direção”

Tito Arantes Fontes informou a Assembleia que respondeu a este mail no dia seguinte, tendo sublinhado que o Ponto 3 desta Assembleia é informativo e não deliberativo, e passou a ler a resposta enviada:

“Exmos. Senhores,

Dou por recebido - ao início do dia 17 deste mês de dezembro - o email abaixo, apenas 4 dias antes da Assembleia Geral prevista para o próximo dia 21 de dezembro.

Faço notar que o ponto nº 3 da Ordem de Trabalhos dessa próxima Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Rugby é – como decorre da sua própria natureza e nos termos da lei - meramente informativo, como sempre tem sido, nele não cabendo a

Pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública desportiva, NIF 501617523

Rua Julieta Ferrão, nº12, 3º piso, 1600-131 Lisboa

ATAS

deliberação sobre qualquer assunto. Assim sempre foi no passado e assim continuará a ser.

Por outro lado, não é - no email abaixo e ainda que intempestivamente - requerido qualquer aditamento de ponto adicional à Ordem da Trabalhos da Assembleia em causa.

Esclareço, de todo o modo, que – se tal me for por V. Exas. solicitado antes ou no decurso da Assembleia – lerei no decurso da mesma o texto do email abaixo que me foi endereçado, para conhecimento de todos os Delegados.

Com os nossos melhores cumprimentos,

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Rugby.”

No dia 20 de dezembro o Técnico enviou outro mail no qual solicitava:

“Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Geral da FPR

“Por outro lado, não é - no email abaixo e ainda que intempestivamente - requerido qualquer aditamento de ponto adicional à Ordem da Trabalhos da Assembleia em causa.”

Face à impossibilidade de ser discutido no ponto 3., e à situação completamente extraordinária da nossa situação, ao tempo que mediou de incumprimento do acórdão do tribunal por parte da FPR, vimos solicitar o aditamento de um ponto adicional para discussão e deliberação da presente moção.

Com os nossos melhores cumprimentos

A Direção”

Hoje, por volta das 17.30 o Presidente da Mesa respondeu ao mesmo:

“Exmos. Senhores,

Dou nota de – como já tinha dito – não ser possível aditar pontos à Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral de hoje, nomeadamente quando tal é requerido a menos de 24h do início da mesma.

De todo o modo, se assim o entenderem e requererem, lerei – no Ponto 3 da Assembleia, informativo e subordinado a “Diversos” - os emails trocados a este propósito.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Tito Arantes Fontes”

Ainda hoje e antes desta Assembleia o Técnico enviou novo mail, já aqui lido anteriormente, mas que voltou a ler para os delegados terem toda a sequência dos mails trocados:

“Exmo Sr.

Presidente da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Rugby

Independentemente da leitura da moção, que solicitamos, vimos desde já solicitar que seja marcada nova Assembleia Geral, para o mais curto prazo de tempo possível, para

ATAS

discussão e deliberação da referida moção, o que, se necessário, deverá ser colocado aos delegados presentes nesta assembleia.

Com os nossos melhores cumprimentos

A Direção

Os delegados do CR Técnico”

Assim, disse o Presidente da Mesa, a Assembleia fica a par da troca de mails entre o Presidente da Mesa da Assembleia e a Direção do Técnico, bem como da impossibilidade de colocar uma moção deliberativa num ponto informativo, tendo sido ainda salientado que este tipo de impedimento já ocorreu noutras Assembleias, nomeadamente face a pedidos da Direção da FPR, que foram recusados pelo Presidente da Mesa pelo mesmo motivo, sempre com a indicação de que a inclusão de novos pontos teria de ser enquadrada em novas Assembleias Gerais, o que - aliás - foi sempre aceite pela Direção e aparentemente também agora pelo Técnico, visto solicitar a convocatória de uma nova Assembleia.

Sobre o pedido de convocatória de Assembleia Geral Extraordinária, Tito Arantes Fontes esclareceu que a convocatória deve obedecer ao estipulado nos Estatutos da Federação, especialmente tendo em atenção o número 2 do artigo 20º, que estipula que a Assembleia Geral reúne em sessão extraordinária por iniciativa do Presidente, a pedido de qualquer órgão social ou de um mínimo de 20% da totalidade dos delegados; assim, visto que, nos termos do ponto 1 do artigo 18º, temos um máximo de 120 delegados são portanto necessários - se for esse o caso - 24 delegados, para convocar uma assembleia, com indicação do fim a que se destina e da proposta de ordem de trabalhos; mais acrescentou o Presidente da Mesa que, neste caso e nos termos dos Estatutos, é necessária a presença de todos os delegados requerentes sob pena de adiamento da reunião, por uma só vez, por um prazo não superior a 10 dias. Concluiu Tito Arantes Fontes dizendo que se o Técnico pretende realizar esta Assembleia tem a mesma de ser requerida preenchendo este requisito de 20% da totalidade dos delegados ou seja que a Mesa necessita de um requerimento com a assinatura de delegados estatutariamente suficientes, com expressa indicação da ordem de trabalhos pretendida e - se houver - com os respetivos documentos em anexo, para se poder dar andamento à convocatória e divulgá-la por todos os delegados. Terminou dizendo que à data de hoje vão ser anexados cópia dos mails trocados e que foram lidos.

Tito Arantes Fontes passou de seguida a palavra ao delegado do Técnico, Pedro Lucas, que lembrou que numa Assembleia Geral, na qual o então Presidente da FPR se demitiu, o Presidente da Mesa permitiu a nomeação de uma Comissão Administrativa e que a mesma foi constituída na própria Assembleia, quando nada constava sobre esta matéria na Ordem de Trabalhos e lamentou profundamente que nesta convocatória não tenha sido incluído nenhum ponto sobre este problema e que a Direção não tenha

Pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública desportiva, NIF 501617823

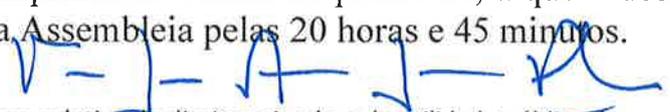
Rua Julieta Ferrão, nº12, 3º piso, 1600-131 Lisboa

ATAS

acatado a decisão do Tribunal Arbitral do Desporto, decisão da qual serão responsabilizados pessoalmente, mais acrescentando que todos os clubes irão ser penalizados pela indemnização que a Federação irá pagar ao Técnico. Lamentou que a Federação, entidade de utilidade pública, não acate a decisão, unânime, de um tribunal no qual estava um representante da própria FPR, não compreende que o Presidente da Direção justifique não dar seguimento à decisão por ter recorrido, salientando que esse recurso não é suspensivo, mas sim meramente devolutivo, penalizando assim o Técnico, remetendo o clube para a 3ª divisão, sanção que o clube considera completamente desproporcional. Lamentou que os clubes permitam que a Federação queira acabar com o Técnico, um clube histórico com mais de 60 anos de existência e que tenha havido interferência com a Associação de Estudantes do Técnico que levou à sua desfiliação da Federação. Todo este processo tem sido altamente prejudicial ao Técnico com a saída de treinadores, jogadores e atletas jovens e mais uma vez lamentou que os clubes não reajam perante estes acontecimentos. Comparou esta situação com o caso de Bernard Laporte que foi condenado e teria de se demitir de Presidente da Federação de Rugby Francesa e recorreu, e no seu caso o recurso era suspensivo, tendo havido a intervenção da Ministra do Desporto francesa que entendeu que Bernard Laporte já não tinha condições para continuar no cargo e, por isso, não percebe porque é que o Secretário de Estado do Desporto e o IPDJ não intervém neste processo.

De seguida, o Presidente da Mesa usou da palavra para, no caso da Assembleia onde foi nomeada a Comissão Administrativa, aconselhar a todos os interessados a leitura da ata da referida Assembleia que explica o quadro legal, estatutário e regulamentar que permitiu avançar com aquela solução, nomeadamente o artigo 42º dos Estatutos, que define que a renúncia, demissão ou exoneração do Presidente da Direção implica a imediata cessação das suas funções, com estas caindo naturalmente a Direção e toda a Federação ficar sem “governo”, tendo sido neste quadro que se avançou para a Comissão Administrativa, uma solução provisória, transitória e de “sobrevivência” tomada num quadro legal. Tito Arantes Fontes diz perceber o crítico da matéria apresentada pelo delegado Pedro Lucas e que, na sua opinião, a mesma merece um ponto em que possa ser debatida, discutida e deliberada, mas não nos modos inviáveis, por não respeitarem os Estatutos, que foram solicitados. Assim renova o convite ao Técnico para requerer a convocatória de uma Assembleia para esse efeito, nos moldes definidos nos Estatutos.

Não havendo quem mais desejasse usar da palavra, o Presidente da Mesa da Assembleia cumprimentou todos os presentes, a quem desejou um Feliz Natal e deu por encerrada a Assembleia pelas 20 horas e 45 minutos.


Pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública desportiva, NIF 501617523
Rua Julieta Ferrão, nº12, 3º piso, 1600-131 Lisboa